

FOLHA DE SP. PAULO ***

QUINTA-FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 2024 A11

mundo

Gestão Lula apoia denúncia na Corte de Haia contra Israel por genocídio

Queixa foi apresentada pela África do Sul; entidade judaica diz que ação é 'inversão da realidade'

GUERRA ISRAEL-HAMAS

Guilherme Botacini

BOA VISTA O governo Lula (PT) anunciou nesta quarta-feira (10) que apoiará a denúncia da África do Sul à Corte Internacional de Justiça da ONU para apurar a acusação de que Israel comete genocídio contra o povo palestino em Gaza. A ação do país africano foi apresentada ao tribunal mais conhecido como Corte de Haia, no último dia 29. O documento acusa o Estado judeu de descumprir a Convenção Internacional contra o Genocídio, segundo o qual o termo pode ser definido a partir de cinco diferentes práticas: matar membros de um determinado grupo nacional, étnico, racial ou religioso; causar danos físicos ou mentais graves a eles; infligir a essas pessoas condições de vida que destruam sua capacidade de sobrevivência; impedir sua procriação; transferir crianças desse grupo para outro local de forma forçada. O apoio do Brasil foi divulgado horas depois de o presidente Lula ter se reunido com o embaixador palestino no Brasil, Ibrahim Alzein. "Aluz das flagrantes violações ao direito internacional humanitário, o presidente manifestou seu apoio à iniciativa da África do Sul de acionar a Corte Internacional de Justiça para que determine que Israel cesse imediatamente todos os atos e medidas que



Família chora ao lado de corpos de palestinos mortos em ataques israelenses em Rafah, no sul da Faixa de Gaza. AFP

possam constituir genocídio ou crimes relacionados", diz a nota do governo brasileiro. A declaração destaca a tradição diplomática brasileira de buscar equilíbrio entre partes em conflito e, assim, legitimidade para atuar como interlocutor — papel que Lula tem assumido durante o primeiro ano de seu terceiro mandato no Oriente Médio, com países emergentes, pesou para fotos. Hoje vejo lacos cada vez mais profundos com atores como China e Rússia", diz

o anúncio evidencia concertação maior do país com o Brics, grupo formado por nações emergentes, e um distanciamento de Estados ocidentais. Ele acrescenta que a declaração do governo federal não chega a ser uma ruptura com esses países, mas pode significar o início de uma mudança de eixo. "O Brasil olhava muito mais para o Ocidente e, com países emergentes, pesou para fotos. Hoje vejo lacos cada vez mais profundos com atores como China e Rússia", diz

o anúncio pode simbolizar ainda o princípio de um distanciamento maior dos EUA. "É um perigo porque os países com os quais o Brasil hoje tem convívio mais de perto não são países que prezam, por exemplo, a democracia liberal", afirma o pesquisador. A Conf (Confederação Brasileira do Brasil) disse que o governo diverge da posição de equilíbrio e moderação da política externa do país. "A ação sul-africana é uma inversão da realidade", afirmou

a entidade em nota. Outros países além do Brasil já manifestaram publicamente apoio à denúncia sul-africana, como Turquia, Jordânia, Malásia, Bolívia e Venezuela. O governo de Gabriel Boric no Chile, por sua vez, disse nesta quarta-feira que em breve também apresentará uma denúncia contra Israel em fóruns internacionais. A jurista Sylvia Seiner celebrou a posição brasileira. "O apoio de países como Brasil e Chile, latino-americanos bastante respeitados, tem peso", diz. Ela atuou entre 2003 e 2010 no TPI, o Tribunal Penal Internacional — órgão que também está baseado na cidade holandesa e, diferentemente da Corte de Haia, julga indivíduos, não Estados. O documento pede que a corte emita medidas de curto prazo que interrompam a ação de Israel em Gaza. Na ocasião da apresentação do documento, a chancelaria de Israel afirmou que o processo não tem base para a acusação. As decisões da alta corte — principal órgão judicial da ONU e composto por 15 juízes, cada um de um país — são vinculativas, embora haja poucos meios de fazê-las cumprir, mesmo que Israel seja signatário da Convenção Internacional contra o Genocídio de 1948. Em 2024, por exemplo, a corte disse que a construção de uma barreira de segurança por Tel Aviv na Cisjordânia era ilegal e deveria ser desmontada. Duas décadas depois, os muros seguem de pé. Condenar Estados por genocídio não é uma tarefa simples. Um dos casos mais conhecidos é o da Sérvia, acusada de ter ordenado o massacre de bósnios em 1995. Em 2007, a Corte de Justiça reconheceu que o massacre de 1994 pessoas em 1994 foi genocídio. Mas exigiu o Estado sérvio da acusação de ter ordenado o crime. Colômbia e Papua Nova Guiné, de São Paulo

Jornalista que perdeu 3 filhos em Gaza tenta manter ofício em meio a tragédia

Diego Bericó

RIO CLARO (SP) Quando a guerra começou em Gaza, em 7 de outubro, o jornalista da rede Al Jazeera Wael al-Dahdouh tinha dois filhos. Hoje, tem cinco. Como tantos nesse território sob ataque israelense, Dahdouh perdeu diversos familiares durante um conflito que não dá sinais de arrefecer. A última vítima foi seu filho mais velho, Hamza, morto em 7 de janeiro, três meses depois do início do conflito. Dahdouh, 32, nasceu na Cidade de Gaza. Passou sete anos detido pelas forças israelenses, que controlaram a Faixa de 1967 até a retirada de seus colonos em 2005. Israel

impõe até hoje um cerco por terra, água e mar. O jornalista disse, em entrevistas, que a experiência moldou sua consciência. Ele se formou em jornalismo pela Universidade Islâmica de Gaza e fez depois o mestrado na Universidade Al-Quds, na Cisjordânia. Começando em 1998, trabalhou em diversos veículos palestinos, incluindo o jornal Al-Quds e a rede Al-Arabiya. Em 2004, entrou para a Al Jazeera, que naquela década — do 11 de Setembro e da Guerra no Iraque — se firmava como uma das principais emissoras árabes no mundo. Dahdouh é hoje chefe da sucursal da Al Jazeera dentro de Gaza. Dahdouh cobriu outros con-

flitos, mas nenhum como este. A família de Dahdouh se dispersou e se refugiou em diversas partes de Gaza. Em outubro, um ataque matou sua mulher, sua filha de 7 anos e seu filho de 13. A família diz que oito outros membros morreram também. Dahdouh se tornou assim o que os jornalistas evitam ser: uma notícia. Em dezembro, ele foi ferido enquanto estava em uma escola no sul de Gaza, trabalhando. Estilhaços de uma bomba atingiram sua mão e ele foi levado a um hospital. Poucos dias depois, voltou à atividade. Seu colega, o jornalista Samir Abu Daqqa, morreu no ataque. Em 7 de janeiro, um bombardeio israelense matou ou-



O jornalista palestino Wael al-Dahdouh, correspondente da emissora qatari Al Jazeera na Faixa de Gaza. 7/10/2023

tro dos filhos de Dahdouh. Hamza, 27, estava com um colega em um carro no sul da Faixa de Gaza quando foi alvejado. Era jornalista como o pai. "É verdade que a dor de perder alguém é muito dura, e quando é seu filho mais velho, depois da morte da família, então fica ainda mais difícil", Dahdouh afirmou à imprensa após a morte de Hamza. Disse, porém, que a sua situação pessoal não iria interromper o seu trabalho. Segundo levantamento do CPJ (Comitê para a Proteção dos Jornalistas), com sede em Nova York, 79 jornalistas morreram durante este conflito: 72 palestinos, 4 israelenses e 3 libaneses. O sindicato dos jornalistas palestinos diz que morreram 102 e que 71 ficaram feridos. É o conflito mais letal a profissionais da imprensa nessa região nos últimos 30 anos.

O populismo econômico de Biden

Livro narra ascensão de Elizabeth Warren, Bernie Sanders e Ocasio-Cortez

Lúcia Guimarães

É jornalista e vive em Nova York desde 1989. Foi correspondente do TV Globo, da TV Cultura e da canal CNT, além de colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e o Globo

Uma pergunta que ouço com frequência de amigos brasileiros intrigados com a fama de um desajuste à pré-candidatura do anúncio Joe Biden à reeleição é: cadê os candidatos mais jovens viáveis? Alá ali, diva Alexandria Ocasio-Cortez? Um livro excelente, lançado nesta semana nos EUA, ajuda a explicar esse fenômeno. Não há a menor intenção da deputada nova-iorquina conhecida como AOC, nem do popular — e igualmente anônimo — Bernie Sanders,

ou mesmo da eloquentes senador Elizabeth Warren, de fazer algo para dificultar a escolha do presidente Biden como candidato do Partido Democrata à reeleição em 2024. O motivo? Eles estão ocupados governando. O, na verdade, mas o fato é que Warren e Sanders, derrotados como pré-candidatos em 2020, acabaram vencendo, digamos, junto com AOC, a mais jovem deputada da câmara para o Congresso, eles entraram na Casa Branca pela

porta do chefe de gabinete dos dois primeiros anos da Presidência Biden, Ron Klain. Sem dúvida, Warren, Sanders e Ocasio-Cortez trabalharam com afinco para influenciar a transformação do senado-candidato centrista Biden em um presidente que comanda uma agenda econômica populista que faria Bill Clinton ter um fanatismo Barack Obama pedir seus saíes. Joshua Green é o autor de "The Rebels: Elizabeth Warren, Bernie Sanders, Alexandria Ocasio-Cortez and the Struggle for American Politics" (ou os rebeldes, Elizabeth Warren, Bernie Sanders, Alexandria Ocasio-Cortez e a luta pela política americana).

Green é repórter da Bloomberg, e em um best-seller anterior examinou a revolução populista que elegeu Donald Trump com a ajuda de Steve Bannon. Ao cobrir a eleição de 2020, em que expectativa de todos — inclusive de Trump — era uma vitória garantida de Hillary Clinton, ele percebeu que a popu-

ção americana continuava revolta com a solução para enfrentar a Grande Recessão de 2008, quando Obama se elegeu pela primeira vez: salvar bancos e montadoras de automóveis e abandonar a classe média sustentavelmente desempregada e desatualizada com o furo da bolha imobiliária criada pelos empréstimos "sub-prime", direcionados a clientes de baixa renda. Esta revolta gerou o Tea Party, o movimento rebelde conservador que infligiu derrotas legislativas a Obama logo no segundo ano de seu governo. Em 2020, quando perguntado ao potencial eleitor de Donald Trump, quem seria sua segunda opção nas urnas, Green ouviu: Bernie Sanders. Quando fez a mesma pergunta ao simpatizante do socialista Bernie, ouviu: Donald Trump. Era o populismo econômico explicado na exes-

ta do orgulho financeiro da primeira década do milênio. O livro situa o "pecado original" no momento em que o Partido Democrata abandonou os ideais do New Deal de Franklin Roosevelt no ano de 1978. Jimmy Carter, um presidente enfraquecido, enfrentou a crise do petróleo, inflação e desemprego altos. O recém-formado lobby financeiro convenceu Carter e demarcou de que a solução era cortar impostos e "formar capital". Biden entra no quarto ano de mandato com indicadores econômicos para comemorar: mas protegido do corpo a corpo com a mídia e a população assustada com sua idade. Podemos esperar que o trio Warren, Sanders e Ocasio-Cortez, após anos e anos comovidos defendendo energicamente sua reeleição em um legado que, no momento, preferem não diluir como seu.